



## **Ata**

### **12.ª Reunião de Câmara | Extraordinária**

**13 de abril de 2022, 17:00h**

### **Maia, Paços do Concelho | Videoconferência**

Ao décimo terceiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas, realizou-se a 12.ª reunião de Câmara, extraordinária, por videoconferência, através da plataforma zoom.

Presidiu à reunião o Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Maria de Carvalho Pereira.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
7. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
8. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
9. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
10. Vereador, António José Ferreira Peixoto



Esteve ausente por motivos justificados o Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho.

Estiveram presentes para apoio técnico, a Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho; A Chefe de Divisão Económico-Financeira, dos SMAS, Goreti Pinto; Celestino Sousa – Técnico Oficial de Contas; e Luís Esteves, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados da Maia e demais Entidades Participadas pelo Município, cuja documentação integrava a ordem do dia, à exceção do FII Maia Imo e Tecmaia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, como ponto prévio, informou que a reunião em apreço se destinaria à apresentação e discussão dos documentos que integravam a ordem do dia, propondo, para a sua votação, a realização de uma reunião de Câmara extraordinária no dia 19 de abril de 2022, pelas 18h, proposta que mereceu a concordância de todos os membros da Câmara, considerando-se assim automaticamente convocados.

A reunião teve início pelas dezassete horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. Documentação de Prestação de Contas Individuais de 2021 - Relatório e Contas Individuais de 2021, do município da Maia**

A Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, fez a apresentação técnica, apoiada em *powerpoint*, dos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2021.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, questionando o porquê da Município não constar na dívida total do universo municipal, tendo a Diretora do Departamento do Finanças e Património, Alexandra Carvalho, esclarecido que a mesma já estava equilibrada, e as entidades que integravam o sector empresarial local só relevavam para a dívida total se estivesse em desequilíbrio.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda interveio para realçar a excelência dos documentos apresentados, fruto do trabalho de uma vasta equipa e felicitar a melhoria contínua a que ano após ano se assistia, quer na clareza dos conteúdos quer na própria qualidade gráfica.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, interveio, dando nota que subscrevia na íntegra a apreciação feita e para além disso, também subscrevia a qualidade dos resultados financeiros.

**Deliberação:** foi adiada a apreciação e votação deste ponto para a reunião de Câmara extraordinária de 19 de abril de 2022.

## **2. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do exercício de 2021 e respetiva avaliação**

**Deliberação:** foi adiada a apreciação e votação deste ponto para a reunião de Câmara extraordinária de 19 de abril de 2022.

## **3. Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas de 2021 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS)**

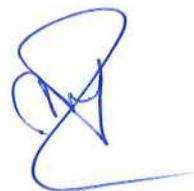
A Chefe de Divisão Económico-Financeira, Goreti Pinto, fez a apresentação técnica dos Documentos de Prestação de Contas.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio dando nota que a informação sintetizada no Relatório de Contas denotava uma melhoria contínua da forma como estava apresentada, tornando-se mais clara. Da breve análise macro que tinha feito, tinham-lhe surgido algumas dúvidas em questões que gostaria de ver esclarecidas: no que dizia respeito ao volume de negócios, verificava-se um ligeira aumento, cerca de 1% (um por cento), havendo por outro lado uma diminuição na água adquirida que tinha diminuído cerca de 10% (dez por cento), como consequência previsível do esforço relacionado com o controlo das perdas de água, que tinha melhorado significativamente. Já no que dizia respeito à taxa de absentismo, notava-se um aumento, 10 % (dez por cento), perguntando a razão. Acrescentou ainda que sobre as imparidades, e mais concretamente nas dívidas a receber, tinham aumentado cerca de 19% (dezanove por cento), e perguntou se era devido ao facto de ter havido um período em que não se realizavam cortes de água a pessoas que provassem que tinham perda de rendimentos. Perguntou ainda se tinham feito execuções fiscais e se não tinham colocado em prática o mecanismo de que só não cortariam a água a quem provasse corte de rendimento face à pandemia. Referiu ainda que ficou surpreendida com a diminuição dos custos de energia, já que em contraciclo com o que se assistia com



as faturas de energia nas empresas e nas famílias no corrente ano, em que se assistia a um aumento exponencial de custos energéticos. Questionou se era devido ao início da laboração dos painéis fotovoltaicos que tinham sido instalados em algumas ETAR, fomentando um processo de produção de energia de forma sustentável e cujo investimento era passível de ser financiamento por fundos comunitários, ou se tinha sido por substituição de equipamentos com menores consumos ou se por renegociação de contrato. Relativamente aos investimentos na rede, e tendo sido a Maia um dos primeiros Municípios onde se tinha instalado maior cobertura de rede pública de abastecimento de água, rapidamente se depreendia que era um sistema que precisava de substituição, em alguns pontos dada a sua longevidade. Mais deu nota que se tinha gasto apenas na ordem dos 4 000 000,00 euros (quatro milhões de euros) em investimento no ano transato, mas que mesmo assim, não se tinha executado a totalidade dos investimentos que estavam orçamentados, questionando o porquê, se tinha sido por atraso na realização de obras ou por uma questão de alteração em termos de prioridades de investimento.

A Chefe de Divisão Económico-Financeira, Goreti Pinto, interveio, esclarecendo que no se referia aos cortes, a Lei tinha definido que estavam proibidos até 31 de março devido ao Covid-19 e os SMAS não tinham feito nenhum corte, não tendo havido nenhuma execução fiscal. Mais deu nota que tinha sido entendimento jurídico, dado que os cortes estavam proibidos por Lei, tendo inclusivamente o contrato com a empresa da área sido suspenso. Mais informou que os cortes começaram a ser efetuados a 1 de abril, havendo situações que o Diretor-Delegado estava a ter em atenção devido ao facto de as pessoas terem solicitado por razões económicas, mas tinham que fazer prova disso mesmo, antes dos cortes, uma parcialização de dívida. Atualmente, o que se verificava era que durante dois anos não tinham pago água e agora viam os cortes a serem executados e o pagamento estava a ser efetuado. Na questão da energia, deu nota que não tinha havido nenhuma questão em termos de painéis fotovoltaicos, mas era algo que tinha apoio comunitário. Tinha havido uma redução devido a renegociação e a uma poupança em diminuir o desperdício da energia elétrica ou outro tipo de energia. Em relação às imparidades, referiu que as mesmas tinham aumentado devido a não ter sido possível efetuar os cortes, tendo a dívida dos clientes aumentado. Em relação aos investimentos na rede, havia situações em que não tinha sido possível, uma vez que os procedimentos dos



contratos levavam o seu tempo e por vezes não se tinha conseguido executar tudo no ano transato, não só devido à pandemia, mas também devido a concursos que tinham ficado desertos, tendo sido necessário haver ajustamentos de valores.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que o Município se estava a posicionar para o Portugal 2030, uma vez que, e ao contrário do 2020, esse iria permitir que se pudesse concorrer a alguns avisos e apresentar as candidaturas. O que tinham feito foi preparar as candidaturas e respetivos projetos e assim que abrissem os avisos do Plano Nacional de Investimento 2030 podiam apresentar algumas dessas candidaturas. Mais reforçou que não tinham feito cortes, estando a fazer um trabalho bem estruturado de diminuir as perdas de água que davam ganhos significativos. Mais referiu que a expectativa era que dentro de pouco tempo pudessem baixar para níveis pouco acima dos 10% (dez por cento), considerando serem valores muito bons em termos de valores médios nesse domínio.

**Deliberação:** foi adiada a apreciação e votação deste ponto para a reunião de Câmara extraordinária de 19 de abril de 2022.

#### **4. Relatório e Contas de 2021 da Maiambiente, E.M.**

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, dando nota que na análise feita, tinham verificado que era necessário um subsídio à exploração por parte da Câmara Municipal, atingindo-se um valor expressivo no cômputo geral da receita. Também verificaram que existia uma dívida a clientes considerável, na ordem de 1 200 000,00 euros (um milhão e duzentos mil euros), questionando qual a razão para isso e quais tinham sido as medidas tomadas. Mais deu nota que havia um desfasamento entre o final do ano e início de um novo, que tinha sido explicado numa reunião com o Administrador Geral, mas o valor apresentado tinha-se agudizado. A nível de autonomia financeira, considerava que a mesma era baixa, na ordem dos 56% (cinquenta e seis por cento), tendo sido necessário cerca de 3 600 000,00 euros (três milhões e seiscentos mil euros) de subsídios à exploração quando tinha um volume de negócios na ordem dos 8 000 000,00 euros (oito milhões de euros) e investimentos na ordem de 11 300 000,00 euros (onze milhões e trezentos mil euros). Salientou que a empresa tinha um desafio grande no que dizia respeito à sua viabilidade económico-financeira. Todos estavam cientes que a



mesma prestava um serviço público de grande relevo, mas parecia um pouco impossível viabilizar uma equação numa empresa que tinha realmente uma estrutura de custos em que 60% (sessenta por cento) estava no fornecimento e serviços externos, atingindo cerca de 6 700 000,00 euros (seis milhões e setecentos mil euros), os recursos humanos na ordem de 3 milhões e meio. Assim, questionava o que iria ser feito relativamente ao que foi explanado e qual era a estratégia para o ano de 2022, dado que do ponto de vista económico-financeiro, não obstante o papel social e de prestação de serviço público, considerava que seria interessante fazer-se um estudo de sinergias entre algumas empresas municipais de forma a que pudessem estudar uma solução para viabilizar esse enquadramento. Mais referiu que tinham verificado um aumento em publicidade e propaganda na ordem dos 30% (trinta por cento), questionando também qual a razão.

O Senhor Celestino Sousa – Técnico Oficial de Contas, interveio, esclarecendo que a dívida a fornecedores tinha aumentado porque apesar de haver um contrato de gestão delegada atualizado, ainda não tinham recebido grande parte desse valor, dado que estava em falta algo por parte da ERSAR. A Câmara Municipal já tinha aprovado esse contrato, mas havia a necessidade de serem feitas algumas correções via ERSAR, que a empresa estava a ultimar.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Penada deu nota que estava marcada uma reunião para o próximo dia 21, em Lisboa.

O Senhor Celestino Sousa – Técnico Oficial de Contas, mais deu nota que quando estivesse tudo retificado, o Município faria a transferência do subsídio que estava em falta e a situação ficaria devidamente regularizada. Mais referiu que em relação aos 3 000 000,00 euros (três milhões de euros) de subsídio à exploração, ligeiramente mais de metade não tinha nada a ver com resíduos, era o serviço de limpeza pública que a Maiambiente fazia e que o Município tinha delegada na citada empresa, o que correspondia que também os FFE's tinham a fatia do subcontrato dessa limpeza.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Penada interveio, dando conta que tinham consciência de que o orçamento era curto para os compromissos que se avizinhavam, com a agravante dos custos de energia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu



nota que a Câmara Municipal não tinha ainda transferido a verba aprovada porque não o podia fazer, e a culpa era de um conjunto de deveres que a Maiambiente e o Município estavam obrigados, designadamente na Entidade Reguladora. Em relação ao subsídio, considerava que não se devia dramatizar porque não valia a pena, dado que empresas do género, como a Porto Ambiente, dotavam as mesmas de verbas consideráveis. Mais salientou que não estavam habituados a transferir e todo o tempo que ele próprio esteve na empresa, a Câmara Municipal quase nunca tinha transferido verbas para a mesma, em termos de contratos de gestão delegada. O que acontecia à data era que a Câmara Municipal pagava à Lipor o tratamento de resíduos sólidos e a Maiambiente pagava a limpeza urbana, havendo um equilíbrio. A ERSAR tinha recomendado que não acontecesse de tal forma, sugerindo que fosse feito o contrário, que a Maiambiente pagasse à Lipor o tratamento dos resíduos sólidos e fechasse o circuito e que a Câmara pagasse a limpeza pública urbana. Se a Câmara Municipal tinha uma empresa com esse perfil, não iria ela própria fazer isso, transferindo essa missão pública para a sua empresa, que tinha sido criada para esse fim. Salientou que pelo segundo ano consecutivo, tinham ganho o prémio Cofina de “Economia Circular”, entregue na passada sexta-feira, em Lisboa, e desse facto, ainda não tinham gasto nenhum dinheiro em publicidade. Mais acrescentou que só faziam propaganda à comunidade de factos verdadeiros e muitas vezes, não o faziam em tempo, tendo já solicitado que essa informação fosse devidamente divulgada.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda interveio, dando conta que o prémio ganho foi no âmbito do projeto “Recicle mais pague menos” e que no ano transato tinham ganho no âmbito do projeto da recolha seletiva. Em relação ao referido pela Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras sobre o aumento de verbas para comunicações, esclareceu que isso estava muito relacionado com esse projeto, que era muito pioneiro, sendo importante explicar às pessoas o que iria mudar. Havia uma mudança de estratégia, sendo possível, pela primeira vez, fazer a desanexação da fatura dos resíduos sólidos da água, sendo necessário que tal fosse explicado à comunidade, sob várias formas e não era propaganda.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago,



acrescentou que parte dessa verba era cofinanciada, tendo a Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda afirmado que tal estava evidente no Relatório.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, esclarecendo que no documento de Relatório e Contas estava a rubrica "Publicidade e Propaganda", tendo o Senhor Presidente da Câmara salientado que a Senhora Vereadora apenas tinha utilizado o termo propaganda.

Mais acrescentou a Senhora Vereadora que a comunicação era muito importante e tinha-se notado claramente a falta de comunicação que tinha existido no final do ano, por causa da alteração dos dias da recolha seletiva dos resíduos sólidos urbanos e que tinha dado azo a que provavelmente tivessem tido um aumento de reclamações significativo. Mais referiu que na página 40 (quarenta) do Relatório, no item das reclamações, estava patente a sua evolução em 2018, 2019 e 2020, mas estava em falta o ano de 2021, sendo referido de forma qualitativa que as reclamações tinham aumentado. Mais acrescentou que o menor índice de satisfação plasmado no inquérito realizado, era o estado e a limpeza das vias públicas. Em relação às reclamações e ao seu tratamento, verificava-se também que as mesmas tinham aumentado. Em relação a ser necessário informar sobre o PAYT, uma das conclusões que retiravam era que, apesar de ainda estar numa fase piloto, na página 44 (quarenta e quatro) de 82 (oitenta e dois), verificava-se que já havia um número considerável de reclamações. Mais acrescentou que era com satisfação que assistiam que vários Concelhos da Área Metropolitana do Porto tinham recebido prémios na área do ambiente e da sustentabilidade, quer a nível nacional quer internacional, denotando-se uma crescente preocupação nessa matéria e que isso não acontecia há uns anos atrás.

O Senhor Celestino Sousa – Técnico Oficial de Contas pediu a palavra, dando nota que não sabia onde a Senhora Vereadora tinha visto os valores da publicidade e propaganda, mas o que era certo era que em 2020 tinham gasto 41 000,00 euros (quarenta e um mil euros) e em 2021 tinham gasto 28 920,00 euros (vinte e oito mil novecentos e vinte euros), menos 29,7% (vinte e nove vírgula sete por cento).

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho deu nota que iriam analisar melhor o dossier dado a sua extensão e que na reunião do dia 19 de abril, colocariam as dúvidas, agradecendo as intervenções técnicas feitas.



A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras pediu a palavra para dar nota que efetivamente tinha interpretado mal e que o Senhor Celestino Sousa tinha razão. Mais pediu se na próxima reunião traziam o número das reclamações de 2021.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, em relação às reclamações, deu nota que deviam reclamar também de quem sujava e não só que estava sujo. Em relação ao PAYT, referiu que quando se mudava algo, e essa mutação era única e significativa, pretendendo ser melhor e mais justa, mas ainda assim havia pessoas que só porque mudavam, reclamavam. Não era só ver o número das reclamações, mas era necessário também saber os motivos das mesmas.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras esclareceu que era isso mesmo que pretendiam, e se estivesse no lugar do Senhor Presidente estaria já a analisar quais as medidas a tomar.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda esclareceu que assim que emitiam uma fatura proforma e se determinado cliente pagasse mais com o novo modelo, reclamava para saber como poderia pagar menos. E isso fazia parte do processo também. Mais referiu que tinham uma equipa que mediante uma reclamação, deslocava-se a casa do cliente para ensinar a reciclar melhor para pagar menos. Mais acrescentou que havia medidas e procedimentos para cada tipo de reclamações.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, salientou que só não tinha reclamações quem não fazia nada e todos tinham que educar a comunidade com publicidade e propaganda.

**Deliberação:** foi adiada a apreciação e tomado conhecimento deste ponto para a reunião de Câmara extraordinária de 19 de abril de 2022.

##### **5. Prestação de Contas do ano de 2021 da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.**

**Deliberação:** foi adiada a apreciação e tomado conhecimento deste ponto para a reunião de Câmara extraordinária de 19 de abril de 2022.



**6. Relatório de Gestão e Contas do ano de 2021 da Fundação Conservatório de Música da Maia**

**Deliberação:** foi adiada a apreciação e tomado conhecimento deste ponto para a reunião de Câmara extraordinária de 19 de abril de 2022.

**7. Relatório de Gestão de Contas referente ao ano de 2021 e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas da Espaço Municipal – E.M. S.A.**

**Deliberação:** foi adiada a apreciação e tomado conhecimento deste ponto para a reunião de Câmara extraordinária de 19 de abril de 2022.

**8. Relatório e Contas de 2021 do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO**

**Deliberação:** foi adiada a apreciação e tomado conhecimento deste ponto para a reunião de Câmara extraordinária de 19 de abril de 2022.

**9. Relatório e Contas da Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. – Em Liquidação referente ao exercício de 2021, incluindo a respetiva Certificação Legal e o Relatório do Fiscal Único**

**Deliberação:** foi adiada a apreciação e tomado conhecimento deste ponto para a reunião de Câmara extraordinária de 19 de abril de 2022.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.



Pelas 19:48h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por onze (11) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Alexandra Carvalho

Maia e Paços do Concelho, 13 de abril de 2022

